

Ministério da Economia

Capítulo 5.º, artigo 49.º, n.º 1)	41 400\$00
	<u>186 178 703\$00</u>

Art. 4.º São autorizadas as seguintes alterações de rubrica nos orçamentos:

De Encargos Gerais da Nação

A rubrica descrita no capítulo 9.º, artigo 155.º, n.º 3), é aditado o seguinte:

«... e artigos 6.º e 16.º do Decreto-Lei n.º 49/71, de 23 de Fevereiro.»

Do Ministério da Economia

No quadro do pessoal subordinado ao n.º 1) do artigo 49.º, capítulo 5.º, é eliminado um analista.

Estas correcções orçamentais foram registadas na Direcção-Geral da Contabilidade Pública, nos termos do § único do artigo 36.º e nos da parte final do artigo 37.º do Decreto n.º 18 381, de 24 de Maio de 1930, e a minuta do presente decreto foi examinada e visada pelo Tribunal de Contas, como preceitua o aludido § único do artigo 36.º do Decreto n.º 18 381.

Marcello Caetano — Horácio José de Sá Viana Rebelo — António Manuel Gonçalves Rapazote — Mário Júlio Brito de Almeida Costa — João Augusto Dias Rosas — Manuel Pereira Crespo — Rui Manuel de Medeiros d'Espiney Patrício — Rui Alves da Silva Sanches — Joaquim Moreira da Silva Cunha — José Veiga Simão — Baltasar Leite Rebelo de Sousa.

Promulgado em 3 de Junho de 1971.

Publique-se.

O Presidente da República, AMÉRICO DEUS RODRIGUES THOMAZ.

MINISTÉRIO DA MARINHA**Estado-Maior da Armada****Portaria n.º 306/71**

de 16 de Junho

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro da Marinha, aumentar ao efectivo dos navios da Armada, na situação de armamento normal, a partir de 8 de Junho de 1971, as lanchas de desembarque médias 414 e 415, que ficarão a pertencer à classe 400.

O Ministro da Marinha, *Manuel Pereira Crespo*.

MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS**Direcção-Geral dos Negócios Económicos****Aviso**

Por ordem superior se faz público que foi assinado em Lisboa, em 27 de Maio de 1971, o Acordo entre o Governo da República Portuguesa e o Governo do Estado Espanhol sobre Cooperação Oceanográfica, cujos textos em português e em espanhol vão anexos ao presente aviso.

Direcção-Geral dos Negócios Económicos, 31 de Maio de 1971. — O Director-Geral, *José Calvet de Magalhães*.

Acordo entre o Governo da República Portuguesa e o Governo do Estado Espanhol sobre Cooperação Oceanográfica.

O Governo da República Portuguesa e o Governo do Estado Espanhol, considerando que Portugal e a Espanha constituem uma unidade regional oceanográfica bem definida com uma posição de relevo na circulação Atlântico-Mediterrânea, tendo em conta que cabe aos dois países indiscutível direito sobre extensas plataformas continentais e insulares e estimando que é do interesse comum a exploração dos recursos do mar nas águas adjacentes às suas extensas orlas marítimas, estabelecem as seguintes disposições, para aplicação do artigo 1.º, parágrafo 2.º, da Convenção Geral sobre Cooperação Científica e Tecnológica, de 22 de Maio de 1970:

ARTIGO 1.º

A cooperação oceanográfica prevista no presente Acordo será, principalmente, a seguinte:

1. O estudo dos problemas de investigação oceanográfica fundamental, ou seja a investigação oceanográfica que é indispensável para inventariar os recursos do mar nas zonas de interesse dos dois países, nos campos da física, da química, da biologia e da geologia e geofísica submarinas.

2. A preparação e execução dos programas oceanográficos de interesse comum, que forem considerados necessários para manter actualizados os inventários mencionados, assim como para desenvolver os esquemas de investigação que se julgarem oportunos para um eficaz aproveitamento dos recursos do mar e sua protecção.

3. A troca de informação e a normalização dos métodos de processamento, cálculo e análise dos dados oceanográficos de base, de forma que a troca dos referidos dados entre os dois países e a comparação dos resultados obtidos se possam fazer sempre com facilidade.

4. O estudo e preparação de cartas sinópticas oceanográficas, com vista à publicação das referidas cartas em regime de simultaneidade e continuidade nas zonas de responsabilidade dos dois países.

5. O intercâmbio de estudantes, técnicos e cientistas e a sua participação em conferências, simpósios, seminários, cursos e outras actividades de natureza idêntica.

6. A concessão de toda a espécie de facilidades recíprocas para que os cientistas e técnicos de qualquer das Partes possam trabalhar em instalações da outra Parte, em projectos de interesse comum.

7. A intensificação da coordenação entre a política oceanográfica dos dois países, para utilizar reciprocamente os seus resultados, complementar os seus esforços e procurar a maior eficácia na utilização e protecção dos recursos do mar.

ARTIGO 2.º

Da execução da cooperação prevista no artigo 1.º serão incumbidos, do lado português, o Instituto Hidrográfico de Portugal e, da parte espanhola, o Instituto Espanhol de Oceanografia, sempre que se trate de cooperação em oceanografia fundamental.

ARTIGO 3.º

Pelo presente Acordo é criada a Comissão Oceanográfica Luso-Espanhola, como órgão técnico consultivo dos Governos de Portugal e da Espanha, cuja função será promover a aplicação deste Acordo.

ARTIGO 4.º

A Comissão Oceanográfica Luso-Espanhola será constituída por cinco representantes de cada uma das Partes. A presidência da delegação portuguesa será assumida pelo representante do Ministério dos Negócios Estrangeiros e a presidência da delegação espanhola será assumida pelo representante do Ministério dos Assuntos Exteriores. Cada uma das duas delegações poderá ser ampliada, se for considerado oportuno em casos determinados, por o máximo de dois assessores.

ARTIGO 5.º

A Comissão Oceanográfica Luso-Espanhola reunir-se-á, alternadamente, em Madrid e Lisboa, entre 15 de Maio e 15 de Junho de cada ano, a fim de:

- a) Analisar os resultados obtidos nos diversos campos de cooperação previstos no artigo 1.º do presente Acordo;
- b) Estudar os meios mais apropriados para melhorar e desenvolver a cooperação entre os dois países para o ano seguinte, levando à consideração dos respectivos Governos as propostas que julgue oportunas.

ARTIGO 6.º

Além da reunião obrigatória anual, a Comissão poderá reunir-se quando:

- a) Seja solicitado por qualquer dos dois Governos;
- b) Houver que estudar programas de oceanografia aplicada que sejam realizados em comum ao abrigo de outros acordos especiais entre os dois Governos;
- c) Houver que resolver problemas urgentes relativos a programas de cooperação oceanográfica fundamental.

ARTIGO 7.º

Os programas de oceanografia aplicada poderão ser estabelecidos directamente entre os departamentos interessados dos dois países, mas antes de serem executados terão de ser obrigatoriamente apreciados pela Comissão, que sobre eles informará. Os resultados da análise dos dados observados nos mesmos programas de oceanografia aplicada serão também obrigatoriamente examinados pela Comissão, que sobre eles informará.

ARTIGO 8.º

A Comissão Oceanográfica Luso-Espanhola poderá ser consultada sobre qualquer problema relativo à política oceanográfica internacional, sempre que os dois Governos decidam tomar, nesse domínio, uma política comum.

ARTIGO 9.º

Os directores do Instituto Hidrográfico de Portugal e do Instituto Espanhol de Oceanografia ficam autorizados a trocar livremente toda a informação oceanográfica obtida em programas de conjunto ou de interesse para programas nacionais, a auxiliar-se mutuamente na execução dos trabalhos de processamento, cálculo e análise dos mesmos dados e ainda a promover as reuniões e troca de cientistas e técnicos dos dois Institutos que considerarem necessários.

ARTIGO 10.º

Nos programas de conjunto realizados pelo Instituto Hidrográfico de Portugal e Instituto Espanhol de Ocea-

nografia, as formalidades aduaneiras a observar, respeitantes a todo o material que tenha que transitar de um país para o outro, limitar-se-ão à confrontação com listas em quadruplicado emitidas pelo Instituto Hidrográfico de Portugal ou pelo Instituto Espanhol de Oceanografia, dispensando-se a apresentação de garantia para a importação temporária, no país correspondente.

ARTIGO 11.º

Quando a execução de programas de conjunto inclua a visita de navios oceanográficos portugueses a portos espanhóis ou a visita de navios oceanográficos espanhóis a portos portugueses, essas visitas efectuar-se-ão com as mesmas facilidades de que disponham os navios nacionais.

ARTIGO 12.º

A troca de cientistas e técnicos de oceanografia entre as equipas dos navios portugueses e espanhóis, quando actuando em programas de conjunto, apenas estará dependente de acordo prévio entre os directores do Instituto Hidrográfico de Portugal e do Instituto Espanhol de Oceanografia.

ARTIGO 13.º

Os programas de conjunto a realizar pelo Instituto Hidrográfico de Portugal e pelo Instituto Espanhol de Oceanografia serão comunicados imediatamente aos presidentes das duas delegações da Comissão Oceanográfica Luso-Espanhola.

ARTIGO 14.º

Nos programas de conjunto realizados pelos dois Institutos, os dados obtidos e os resultados da sua análise não poderão ser comunicados a terceiros sem prévio acordo dos dois Governos.

ARTIGO 15.º

No prazo de um mês, a contar da data da entrada em vigor do presente Acordo, cada uma das Partes comunicará à outra os nomes dos membros da delegação do seu país na Comissão Oceanográfica Luso-Espanhola.

ARTIGO 16.º

O presente Acordo entrará em vigor no dia da sua assinatura e terá uma duração de cinco anos, sendo prorrogado por períodos sucessivos de um ano, salvo se alguma das Partes denunciar o mesmo Acordo pelo menos seis meses antes de terminar o período da sua vigência.

Feito em Lisboa em 27 de Maio de 1971 em quatro exemplares, dois em português e dois em espanhol, fazendo fé ambos os textos.

Pelo Governo da República Portuguesa:

Rui Manuel de Medeiros d'Espiney Patricio.

Pelo Governo do Estado Espanhol:

J. A. Gimenez Arnau.

Acuerdo entre el Gobierno del Estado Español y el Gobierno de la República Portuguesa sobre Cooperación Oceanográfica.

El Gobierno del Estado Español y el Gobierno de la República Portuguesa, considerando que España y Portugal constituyen una unidad regional oceanográfica bien definida, con una posición relevante en las circulaciones

atlántico-mediterráneas; teniendo en cuenta que corresponde a los dos países un indiscutible derecho sobre extensas plataformas continentales e insulares; estimando que es de interés común la exploración de los recursos del mar en las aguas adyacentes a sus extensas costas marítimas; han establecido las siguientes disposiciones, en aplicación del artículo 1, párrafo 2, del Convenio General sobre Cooperación Científica y Tecnológica de 22 de mayo de 1970:

ARTICULO 1

La cooperación oceanográfica prevista en el presente Acuerdo será, principalmente, la siguiente:

1. El estudio de los problemas de investigación oceanográfica fundamental, o sea, la investigación oceanográfica que es indispensable para inventariar los recursos del mar en las zonas de interés de los dos países, en los campos de la física, la química, la biología y la geología y geofísica submarinas.

2. La preparación y ejecución de los programas oceanográficos de interés común, que fueran considerados necesarios para mantener actualizados los inventarios antes mencionados así como para desarrollar los esquemas de investigación que se juzguen oportunos para un eficaz aprovechamiento de los recursos del mar y para su protección.

3. El intercambio de información y la normalización de los métodos de tratamiento, cálculo y análisis de los datos oceanográficos de base, de manera que el intercambio de dichos datos entre los dos países y la comparación de los resultados obtenidos se pueda hacer siempre con facilidad.

4. El estudio y preparación de cartas sinópticas oceanográficas, en orden a la publicación de dichas cartas en régimen de simultaneidad y continuidad en las zonas de responsabilidad de los dos países.

5. El intercambio de estudiantes, técnicos y científicos, y su participación en conferencias, simposios, seminarios, cursos y otras actividades de idéntica naturaleza.

6. La concesión de toda clase de facilidades recíprocas para que los científicos y técnicos de cualquiera de las Partes puedan trabajar en instalaciones de la otra Parte, en proyectos de interés común.

7. La intensificación de la coordinación entre la política oceanográfica de los dos países, para utilizar recíprocamente sus resultados, complementar sus esfuerzos y procurar la mayor eficacia en la utilización y protección de los recursos marinos.

ARTICULO 2

La ejecución de la cooperación prevista en el artículo 1 será encomendada, por parte española, al Instituto Español de Oceanografía, y, por parte portuguesa, al Instituto Hidrográfico de Portugal, siempre que se trate de cooperación en oceanografía fundamental.

ARTICULO 3

Por el presente Acuerdo se crea la Comisión Oceanográfica Hispano-Portuguesa, como órgano técnico consultivo de los Gobiernos de España y de Portugal, cuya función será promover la aplicación de este Acuerdo.

ARTICULO 4

La Comisión Oceanográfica Hispano-Portuguesa estará constituida por cinco representantes de cada una de las dos Partes. La Presidencia de la Delegación española en la Comisión será asumida por el representante del Ministerio

de Asuntos Exteriores y la Presidencia de la Delegación portuguesa por el representante del Ministerio de Negocios extranjeros. Cada una de las dos Delegaciones podrá ser ampliada, si lo estima oportuno para algún caso determinado, por un máximo de dos asesores.

ARTICULO 5

La Comisión Oceanográfica Hispano-Portuguesa se reunirá, alternativamente, en Madrid y en Lisboa, entre el 15 de mayo y el 15 de junio de cada año, a fin de:

- a) Analizar los resultados obtenidos en los distintos campos de cooperación prevista en el artículo 1 del presente Acuerdo;
- b) Estudiar los medios más apropiados para mejorar y desarrollar la cooperación entre los dos países para el año siguiente, elevando a los respectivos Gobiernos las propuestas oportunas.

ARTICULO 6

Además de la reunión obligatoria anual, la Comisión podrá reunirse cuando:

- a) Lo solicite cualquiera de los dos Gobiernos;
- b) Hubiera que estudiar programas de oceanografía aplicada que sean realizados en común al amparo de otros Acuerdos especiales entre los dos Gobiernos;
- c) Hubiera que resolver problemas urgentes del programa de cooperación oceanográfica fundamental.

ARTICULO 7

Los programas de oceanografía aplicada podran ser establecidos directamente entre los Departamentos interesados de los dos países, pero antes de ser ejecutados tendrán que ser obligatoriamente examinados por la Comisión, que informará al respecto. Los resultados del análisis de los datos observados en los mismos programas de oceanografía aplicada serán también obligatoriamente examinados por la Comisión, que igualmente informará.

ARTICULO 8

La Comisión Oceanográfica Hispano-Portuguesa podrá ser consultada sobre cualquier problema relativo a política oceanográfica internacional, siempre que los dos Gobiernos decidan tomar, en este dominio, una política común.

ARTICULO 9

Los Directores del Instituto Español de Oceanografía y del Instituto Hidrográfico de Portugal quedan autorizados a intercambiar libremente toda la información oceanográfica obtenida en programas de conjunto, o de interés para programas nacionales, a ayudarse mutuamente en la ejecución de los trabajos de tratamiento, cálculo y análisis de dichos datos y también a promover reuniones e intercambio de científicos y técnicos de los dos Institutos que se considerasen necesarios.

ARTICULO 10

En los programas de conjunto entre el Instituto Español de Oceanografía y el Instituto Hidrográfico de Portugal, las formalidades aduaneras a observar, relativas a todo el material que haya de enviarse de un país al otro, se limitarán a la confrontación con listas por cuadruplicado expedidas por el Instituto Español de Oceanografía o el

Instituto Hidrográfico de Portugal, dispensándose la presentación de garantía a la importación temporal en el país correspondiente.

ARTÍCULO 11

Cuando la ejecución de programas de conjunto incluyera la visita de buques oceanográficos españoles a puertos portugueses o la visita de buques oceanográficos portugueses a puertos españoles, dichas visitas se efectuarán con las mismas facilidades de que disfrutaban los buques nacionales.

ARTÍCULO 12

El intercambio de científicos y técnicos de oceanografía entre las tripulaciones de los buques portugueses y españoles cuando operan en programas de conjunto, sólo estará sujeto al previo acuerdo entre los Directores del Instituto Español de Oceanografía y del Instituto Hidrográfico de Portugal.

ARTÍCULO 13

Los programas de conjunto entre el Instituto Español de Oceanografía y el Instituto Hidrográfico de Portugal serán comunicados inmediatamente a los Presidentes de las dos Delegaciones de la Comisión Oceanográfica Hispano-Portuguesa.

ARTÍCULO 14

Los datos obtenidos y los resultados derivados de su análisis, en los programas de conjunto entre los dos Institutos, no podrán ser comunicados a terceros, sin previo acuerdo entre los dos Gobiernos.

ARTÍCULO 15

En el plazo de un mes a contar desde la fecha de entrada en vigor del presente Acuerdo, cada una de las Partes comunicará a la otra los nombres de los miembros de la Delegación de su país en la Comisión Oceanográfica Hispano-Portuguesa.

ARTÍCULO 16

El presente Acuerdo entrará en vigor el día de su firma y tendrá la duración de cinco años, prorrogándose por períodos sucesivos de un año, a no ser que una de las Partes denuncie el Acuerdo por lo menos seis meses antes de cada vencimiento.

Hecho en Lisboa, el 27 de mayo de 1971, en cuatro ejemplares, dos en español y dos en portugués, haciendo fe igualmente ambos textos.

Por el Gobierno del Estado Español:

J. A. Gimenez Arnau.

Por el Gobierno de la República Portuguesa:

Rui Manuel de Medeiros d'Espiney Patricio.

MINISTÉRIO DO ULTRAMAR

Inspeção Superior de Administração Ultramarina

Decreto n.º 260/71

de 16 de Junho

Tendo os Decretos n.ºs 339/70, de 16 de Julho (posteriormente substituído pelo Decreto n.º 50/71, de 23 de Fevereiro), e 355/70, de 28 de Julho, alterado a di-

visão administrativa das províncias de Angola e Moçambique, respectivamente, criando em cada uma delas um novo distrito;

Sendo indispensável harmonizar as correspondentes disposições dos seus Estatutos Político-Administrativos por forma a manter nos Conselhos Legislativos uma adequada representação de toda a população residente nesses distritos;

Usando da faculdade conferida pelo n.º 3.º do artigo 150.º da Constituição, o Ministro do Ultramar decreta e eu promulgo o seguinte:

Artigo 1.º Os artigos 26.º, 55.º e 56.º do Estatuto Político-Administrativo da Província de Angola, aprovado pelo Decreto n.º 45 374, de 22 de Novembro de 1963, passa a ter a seguinte redacção:

Art. 26.º — 1. O Conselho Legislativo é constituído por trinta e cinco vogais eleitos, e pelo procurador da República e director dos Serviços de Fazenda e Contabilidade como vogais natos.

2.

- a)
- b)
- c)
- d)
- e)
- f)
- g) Dezasseis serão eleitos por sufrágio directo dos cidadãos inscritos nos cadernos gerais de recenseamento eleitoral.

3.

4. Os vogais a que se refere a alínea g) serão eleitos um por cada distrito, que para o efeito constituirá um círculo eleitoral.

Art. 55.º As denominações e sedes dos distritos são:

- a)
- b) Distrito do Zaire, com sede em S. Salvador;
- c)
- d)
- e)
- f)
- g)
- h)
- i)
- j)
- l)
- m)
- n)
- o)
- p)
- q) Distrito do Cunene, com sede em Pereira de Eça.

Art. 56.º As áreas dos distritos referidos no artigo anterior são as que resultam dos limites fixados em legislação especial.

Art. 2.º Os artigos 26.º, 55.º e 56.º do Estatuto Político-Administrativo da Província de Moçambique, aprovado pelo Decreto n.º 45 375, de 22 de Novembro de 1963, passam a ter a seguinte redacção:

Art. 26.º — 1. O Conselho Legislativo é constituído por vinte e oito vogais eleitos, e pelo procurador da República e director dos Serviços de Fazenda e Contabilidade como vogais natos.